

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Artigos Livres

Volume 20 | Número 3 | set-dez/2021

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v20i3.13054

ISSN: 2763-8804

Organização

Jênifer de Brum Palmeira

Tiara Cristina Pimentel dos Santos

Travestismo, gênero e a arte do disfarce:

uma análise das narrativas periódicas sobre sujeitos em travesti no Rio de Janeiro (1912-1927)

Wellington do Rosário de Oliveira¹  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Google Scholar

OLIVEIRA, Wellington do Rosário de. Travestismo, gênero e arte do disfarce: uma análise das narrativas periódicas sobre sujeitos em travesti no Rio de Janeiro (1912-1927). **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 20, n. 3, p. 75-99, set-dez 2021. Semestral.

Recebido em: 14/10/2021 | **Aprovado em:** 30/10/2021 | **Publicado em:** 28/12/2021

¹ Mestrando do programa de Pós-Graduação em História pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). Possui graduação em História pela UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná) - Campus Paranaguá. Desenvolve pesquisas voltadas à história do crime, imprensa, prostituição, violência e gênero.

Travestismo, gênero e a arte do disfarce: uma análise das narrativas periódicas sobre sujeitos em travesti no Rio de Janeiro (1912-1927)

Resumo:

Em contraponto a uma longa tradição da história voltada para grandes temas e personagens, vem se desenvolvendo uma nova tendência na historiografia que visa resgatar narrativas sobre os excluídos da história. Posto isto, o presente estudo compreenderá discussões teórico-metodológicas sobre as relações entre policiamento e travestismo no cenário carioca entre os anos de 1912 e 1927. O gênero “travesti” sempre foi muito usado no teatro e revista como um motivo cômico, mas à medida em que esses sujeitos deixavam os espaços de confinamento artístico para se tornarem públicos na sociedade, foram perseguidos, hostilizados e até criminalizados por diferentes dispositivos que ditavam normas e formas de conduta de uma sociedade dita “civilizada”.

Palavras-chave: Crime. Gênero. Travestismo. Rio de Janeiro.

Transvestism, gender and the art of disguise: an analysis of periodic narratives about subjects in transvestis in Rio de Janeiro (1912-1927)

Abstract:

As a counterpoint to a long tradition of history focused on major themes and characters, a new trend in historiography has been developing that seeks to rescue narratives about those excluded from history. That said, this study will comprise theoretical-methodological discussions on the relationship between policing and transvestism in the Rio de Janeiro scenario between 1912 and 1927. The “transvestite” genre has always been used in theater and magazines as a comic motif, but to measure in which these subjects left the spaces of artistic confinement to become public in society, they were persecuted, harassed and even criminalized by different devices that dictated norms and forms of conduct in a so-called “civilized” society.

Keywords: Crimen. Gender. Transvestism. Rio de Janeiro.

Transvestismo, género y el arte del disfraz: una análisis de narrativas periódicas sobre sujetos en transvestis en Rio de Janeiro (1912-1927)

Resumen:

En contrapunto a una larga tradición de la historia centrada en grandes temas y personajes, se ha ido gestando una nueva corriente en la historiografía que busca rescatar narrativas sobre los excluidos de la historia. Dicho esto, este estudio comprenderá discusiones teórico-metodológicas sobre la relación entre policía y travestismo en el escenario carioca entre 1912 y 1927. El género “travesti” siempre se ha utilizado en teatro y revistas como motivo cómico, pero a medida en los que estos sujetos abandonaron los espacios de encierro artístico para hacerse públicos en la sociedad, fueron perseguidos, hostigados e incluso criminalizados por diferentes dispositivos que dictaban normas y formas de conducta en una sociedad denominada “civilizada”.

Palabras Clave: Crimen. Género. Travestismo. Rio de Janeiro.

Resistência e poder são tópicos recorrentes quando os historiadores lidam com sujeitos hostilizados, marginalizados e até excluídos socialmente, devido aos diferentes discursos ideológicos que refletiam os interesses cotidianos, morais e religiosos dos grupos dominantes de uma determinada época. Como de praxe, espaços de transformações bruscas costumam ser também, cenários de conflitos e tensões, principalmente no que se refere à atuação de sujeitos sem direito à memória e relegados da sua própria história. Contudo, diferente do que ocorre com os grupos dominantes, esses indivíduos marginalizados não deixaram seus registros num corpo coerente e organizado, mas sim fragmentados em arquivos da justiça, da polícia, dos saberes médicos e psiquiátricos, como afirma Perrot (2016).

Outrossim, esta pesquisa buscou contribuir para escrever uma outra história que esteve acontecendo junto à outras tantas, mas que permanece longe de se constituir em consenso em comparação com outros temas, que são as narrativas sobre sujeitos em travesti no cenário do Rio de Janeiro dos anos de 1912 e 1927, a partir de narrativas da imprensa, como jornais vespertinos e revistas policiais, em especial a *Vida Policial*.

A periodização deste estudo se deve a quantidade de registros encontrados no período com diferentes narrativas sobre sujeitos em “travesti”. A partir da leitura documental foi possível compreender, progressivamente, o surgimento da consciência sobre a homossexualidade por meio dos jornais, considerado o principal mecanismo propagador de notícias, além de carregar, ainda que nas “entrelinhas”, diferentes discursos ideológicos e discriminatórios sobre as “classes perigosas”. Um exemplo são as narrativas criadas sobre o “travesti” como um “marginal”, à medida em que deixavam os seus espaços de confinamento artístico, como bailes carnavalescos, peças de teatros e cabarés para expressar o travestismo em público. Outro aspecto a ser ressaltado é que esses personagens se tornaram sinônimo de “criminoso” que invertia a moral e os bons costumes, além é claro, de ser constantemente diagnosticado como um “doente”, graças ao discurso do saber médico e psiquiátrico do século XIX. Logo se tornou também sinônimo de “criminoso” que invertia a moral e os bons costumes, além é claro, de ser constantemente diagnosticado como um “doente”, graças ao discurso do saber médico e psiquiátrico do século XIX.

Em síntese apurada, os documentos sobre sujeitos homossexuais ou travestis em tempos tão remotos, ao ponto do homossexual ser considerado “doente”, são raros e de difícil acesso, justificando, assim, a ausência de mais estudos sobre o tema.

O estudo das práticas homossexuais, tanto masculinas como femininas, no Rio de Janeiro do século passado é uma tarefa extremamente dificultada pela existência de poucos registros e fontes dedicados ao assunto, que, até recentemente, não deixava de ser considerado quase um “grande tabu”, caso não fosse estudado com a “seriedade” peculiar à “abordagem científica”, (SOARES, 1992, p. 68).

Seguindo essa interpretação, a escolha pelo recorte temporal se mostrou relevante devido à quantidade de narrativas sobre sujeitos em travesti, encontrados em jornais e revistas que circularam no Rio de Janeiro. Assim, é preciso situar quais problemáticas que norteiam esta pesquisa. De antemão, foram apresentadas breves discussões sobre policiamento e o “travestismo por amor à arte”, momento em que se percebeu que até mesmo alguns espaços de confinamento artístico, como blocos carnavalescos e peças de teatros vinham sofrendo interdições policiais em relação ao “travestismo”. Em seguida, na principal hipótese aventada, privilegiou-se nas categorias de análise histórica, reportagens sobre sujeitos considerados “delinquentes”, mas que utilizavam o travestismo como um “estilo de vida”, algo mais casual, mas que ainda assim, eram considerados uma “ameaça” e foram privados de quaisquer experiências em público que não correspondesse aos padrões morais daquele da sociedade carioca do período trabalhado. Dessa forma, são destacados sujeitos considerados “travestis”, como Armando Ariati e José Keller para compreender as diferentes formas pelas quais a sociedade buscou enquadrar os atos criminosos e quais representações ou valores perpassaram o universo dessas práticas.

Como de praxe, sabemos que em tempos remotos a imprensa não costumava discutir gênero tão abertamente, embora fosse, nas premissas de Chartier (2002), um espaço de disputa quanto ao estabelecimento de padrões sociais e de comportamento. Assim, pela leitura dos documentos foi possível notar que a imprensa não abordava assuntos como a sexualidade desses indivíduos, tampouco é mencionado nas fontes encontradas, o desejo dos mesmos de pertencer ao sexo oposto. Quaisquer categorias de discussão ou reflexão em torno da sexualidade dos “invertidos” automaticamente tornavam-se sinônimo de marginalidade e transgressão. À vista disso, considerando que cidades são espaços de confrontos, o Rio de Janeiro, nas premissas de Ottoni (2012), era um “paraíso dos ladrões”, e por conta da perseguição sistemática contra as “classes perigosas”, os travestis foram denominados “criminosos profissionais”, pois alguns viviam escondidos por meio dos disfarces para ludibriar até mesmo os mais sagazes policiais.

Tal estudo baseia-se nos marcos teórico-metodológicos que envolvem três domínios fundamentais para a compreensão das problemáticas: gênero, travestismo e criminalidade. Segundo a historiadora Scott (1990), gênero tem-se tornado uma forma de dar sentido às relações sociais de poder, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Conforme a autora, o gênero é a maneira de indicar as construções sociais das ideias sobre os papéis dos

próprios homens e das mulheres, podendo ser definido como uma categoria social para sublinhar importantes aspectos sobre normatividade acerca dos mesmos. Na esteira das discussões pertinentes, os escritos de Green e Polito (2006) são referências essenciais para compreender a atuação dos homossexuais na história do país e a utilização de fontes sobre os mesmos, seguido das discussões sobre violência cotidiana, tais como Soihet (1989) e os diferentes mecanismos de controle social contra os sujeitos considerados “subalternos”, por Bretas (1997) e Chalhoub (2001).

A documentação examinada pertence ao gênero dos impressos. Em especial foram utilizados alguns jornais vespertinos, tais como *A Noite* (1911-1957), *Diário Carioca* (1928-1939), *O Imparcial* (1910-1949) e *O Seculo* (1906-1916), todos de publicação diária e que estavam interessados em noticiar, de forma superficial, os acontecimentos que agitavam os boletins policiais. Ao mesmo tempo, outra espécie de impresso se mostrou relevante para pensar às narrativas sobre sujeitos em travesti, foi a revista do gênero policial, *Vida Policial* (1925-1927), de publicação quinzenal e que se auto intitulava um “hebdomadário noticioso, crítico e doutrinário”. Tanto os jornais quanto a revista podem proporcionar ao ofício do historiador, e nas ideias de Luca (2008), uma vasta experiência investigativa para compreender diferentes sujeitos do passado, desde que o mesmo se atente a uma série de metodologias adequados para dar sentido às particularidades e aos discursos que as fontes carregam. Por fim, é preciso sinalizar a relevância da plataforma Hemeroteca Digital, oriunda do portal da Biblioteca Nacional, onde estão digitalizadas toda a documentação examinada neste artigo, além de permitir o acesso a outros jornais de outros contextos.

Policiamento e o travesti por “amor à arte”

O cenário do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século anterior foi um período particularmente transacional, onde ocorreu importantes mudanças na forma de ser, de viver e de relacionar, principalmente em decorrência do crescimento vertiginoso da cidade e a tentativa de impor o ideário positivista de “ordem” e “progresso”. O esforço em converter a Capital Federal num cartão-postal com o intuito de criar uma imagem do Rio como um símbolo de uma utopia modernizante, se tornou um fracasso em diversos sentidos, como mostra a historiografia. Uma das principais referências sobre o período, o historiador Chalhoub (2001) descreve a cidade como um palco nada imaginário enfiado de acontecimentos que em conjunto, parecem contos de fadas e bruxas. Ainda conforme o autor, as “bruxas” ficam por conta dos segmentos populares e as “fadas” pelo então prefeito Pereira Passos, usado pela burguesia em acelerada expansão para conter os pobres, vistos como sinônimo de atraso e rebeldia. Posto isto, os interesses da elite permaneceram

escudados por diferentes mecanismos de poder contidos tanto na estrutura desses processos quanto na interpretação tendenciosa de uma imprensa a serviço da classe dominante.

Nesse contexto, o universo do crime era composto por figuras “insólitas” e variadas, que, segundo a imprensa, dificultavam a imposição da ordem e da busca pela obediência nas ruas. Outro aspecto sublinhado pela historiografia é a marginalidade, que continuou a crescer ininterruptamente em meio ao período de euforia com as transformações sociais, políticas e municipais daquele período, confundindo trabalhadores com delinquentes. Assim, uma das questões mais complexas e sensíveis em torno da experiência coletiva dos segmentos populares no Rio de Janeiro, foi as diferentes formas de intervenção social como pretexto para controlar o fenômeno da criminalidade e da violência urbana, bem como diagnosticar discriminatoriamente os seus agentes envolvidos.

Aparentemente, após a difusão dos impressos, criou-se toda uma estrutura munida por discursos discriminatórios contra as chamadas “classes perigosas”. Essa expressão é complicada, já que os grupos dominantes entendiam que todos os indivíduos que não exerciam uma profissão honesta poderiam representar um perigo para a nação, como os estrangeiros, prostitutas, proxenetas e homossexuais. Acreditava-se ainda, que era o estado de pobreza e ociosidade que gerava os malfeitores, viciados e desordeiros que protestavam contra a ideia de uma utopia moderna, segundo o historiador Chalhoub (2001). A forma pejorativa como os pobres eram tratados pelas autoridades públicas e pela imprensa sensacionalista serviu para legitimar algumas medidas coercitivas sobre os trabalhadores, muitas vezes confundidos com marginais e criminosos.

Mais do que isto, já que ideologicamente quase se equivalem os conceitos de pobreza, ociosidade e criminalidade - são todos atributos das chamadas “classes perigosas” -, então a decantada “preguiça” do brasileiro, a “promiscuidade sexual” das classes populares, os seus “atos fúteis” de violência etc. parecem ser, antes que dados inquestionáveis da “realidade”, construções ou interpretações das classes dominantes sobre a experiência ou condições de vida experimentadas pelos populares (CHALHOUB, 2001, p. 80).

Apesar disso, a repressão policial era problema estrutural que datava de tempos ainda mais remotos. De tal modo como mencionava Rui Barbosa, então ministro da Fazenda em 1889: “a polícia do Rio de Janeiro, hoje em dia, ameaça mais do que protege”. De acordo com o historiador Bretas (1997), a polícia, durante muito tempo, fora enviada às ruas para garantir a ordem pública enquanto era controlada pelas poderosas oligarquias estaduais. Nas ruas, a polícia perseguia aqueles que a própria justiça permitia reprimir por meio de leis contra desordem: negros, estrangeiros, prostitutas, menores abandonados, entre outros. Já para o historiador Holloway (1997), interessado em compreender o cotidiano da cidade e sua

relação com as formas de repressão social, afirmou que a instituição policial na cidade já nasceu, no império, com muita violência e com poucos limites de conduta.

Para o historiador Gruner (2012), a falta de recursos afetava diretamente a má formação dos policiais e a sua atuação no seio popular, além de fomentar a descrença da sociedade para com as instituições de polícia. Ainda de acordo como autor, muitos policiais pertenciam às próprias “classes perigosas”, então sabiam, na prática, os vícios que precisavam ser controlados, justificando assim, o seu caráter violento em certos casos.

Dessa forma, notamos que nos tempos em que não existiam balas perdidas e assaltos constantes, o policiamento carioca dava lugar às chibatadas e ao barulho dos gritos agoniados de grupos que se debatiam por um espaço na sociedade. Embora muitos escritos tenham conseguido juntar a proeza de conjugar o rigor da análise histórica a partir de processos criminais, desvelando a pesada opressão na forma como eram tratados os populares, há outros meios de se interpretar esse passado. Assim, a imprensa tem-se mostrado cada vez mais uma fonte privilegiada no que se refere a interpretação sobre o passado, principalmente no que concerne às narrativas sobre sujeitos excluídos. O historiador Fausto (1984) afirma que o tratamento do crime pela imprensa sempre variou em função do público a que determinado jornal se dirigia. Com uma população majoritariamente analfabeta, os jornais destacavam o noticiário criminal de forma modesta, pois a elite não estava tão interessada no lado sombrio que agitava os centros urbanos. O noticiário só passou a ser mais conspícuo à medida em que as revistas do gênero policial e jornais vespertinos ganhavam força e alcance para com o público, divulgando imagens fotográficas nítidas sobre diferentes aspectos da violência e da criminalidade, já que, de certa forma, o sensacionalismo era uma poderosa arma para fascinar ainda mais uma sociedade acostumada a tantos crimes.

A autora Marroco (2004) pondera que o discurso jornalístico raramente identificava os indivíduos pelo nome e costumava confundi-los com o seu grupo de referência, justificando a hegemonia da imprensa para com o tratamento dos populares. Aponta ainda, que o “olhar normalizador” era usado de forma supérflua e distorcida com a intenção de enfocar os sujeitos e torná-los transparentes pelos seus comportamentos virtualmente “perigosos”. O que interessava, para a autora, era incluir nos jornais quem não se comportasse de forma adequada, mas, principalmente dar visibilidade a alguns espaços emblemáticos e frequentado pelas figuras “indesejadas” que em conjunto protestavam contra a ordem e a moral. Na esteira dos estudos sobre imprensa, Luca (2008) explica que os sujeitos pobres eram mal identificados pelo discurso jornalístico, como também eram muito bem radicados nos cenários onde viviam ou pelos quais circulavam.

São várias as referências que questionam a exclusão das classes populares em sintonia com o processo de modernização do espaço urbano carioca, que obrigou a movimentá-los com os mecanismos de controle configurados na estrutura do Estado e pelo discurso da

imprensa. Um dos exemplos dessa tentativa de controle social ocorreu com os bailes carnavalescos, a capoeira e a prostituição feminina na passagem de um século para o outro. A historiadora Soihet (1998) se tornou uma das principais referências para os estudos sobre a história das mulheres, gênero, cotidiano e dos processos criminais, e ressaltou que nos bailes carnavalescos, constantemente o chefe de polícia ficava responsável por proibir a alegria e a criatividade das letras, danças e performances das escolas de samba consideradas “vulgares” e “desagradáveis”. A autora argumenta ainda, que uma das principais características dos carnavais cariocas de antigamente era as críticas aos costumes, aos políticos e ao próprio modo de vida da sociedade em voga. Essas manifestações costumavam vir acompanhadas por desfiles de pessoas que “invertiam” o sexo, ou seja, usavam do travestismo como um “passatempo”, além de outras manifestações consideradas “perversas”, segundo Green (2019).

De modo semelhante, travestir-se durante o carnaval brasileiro é mais do que simplesmente inverter os papéis de gênero e códigos de vestuário socialmente definidos. Na verdade, o fenômeno reflete tensões sociais profundamente arraigados. Homens considerados heterossexuais podem tomar vestidos, bijuterias e maquiagem emprestada de suas esposas, namoradas, mães ou irmãs, vestir-se como uma mulher por um dia de folia e participar de uma explosão lúdica sobre seus próprios conceitos de gênero, mas essa incursão pelo universo feminino é temporária, (GREEN, 2019, P. 344).

O historiador Pereira (2020), ao trabalhar com os clubes e bailes negros no Rio, explica que, como resultado das estratégias de afirmação promovida pelas autoridades municipais, algumas mudanças no que se refere ao carnaval aconteceram de forma progressiva, com o intuito de “organizá-la”, conforme os interesses da elite. Acrescenta ainda, que a imprensa sempre acompanhou de perto essa tentativa de “harmonizar” as diferenças e tensões, presente nas festas, contribuindo para convertê-la com o objetivo de atender a todas as classes sociais e não apenas os populares.

Fora dos períodos festivos, Green e Polito (2006) debatem que os cenários frequentados pelos chamados “bagaxas”, como eram identificados os homossexuais no começo do século XX, eram as portas dos teatros, os bilhares, os botequins, cafés e praças públicas, sempre em grupo de dois ou três, fumavam, gesticulavam muito e proferiam indecências. Ao analisar historicamente a documentação existente sobre o tema no período, os autores resgataram a trajetória dos homossexuais em sintonia com que eles chamaram “dor e tragédia”, ou seja, além de toda perseguição, não perderam o humor e a busca pelo prazer hedonista. Outra obra que tem potencialidades sobre o tema é “Além do Carnaval”, de Green (2019), em que explica que o discurso da imprensa contribuiu para reforçar a ideia de que todo homossexual era um ser afeminado devido às ocorrências de travestis que

ganhavam o noticiário. Aponta ainda que em termos físicos, o Largo do Rocio e a Praça Tiradentes eram pontos de referências para os homossexuais. Já em termos sociais, eles viviam reclusos num mundo clandestino, quase invisíveis. Assim como aconteceu com os pobres e as prostitutas, os homossexuais também foram enxotados para os bairros “marginais”, os *bas-fonds*² carioca.

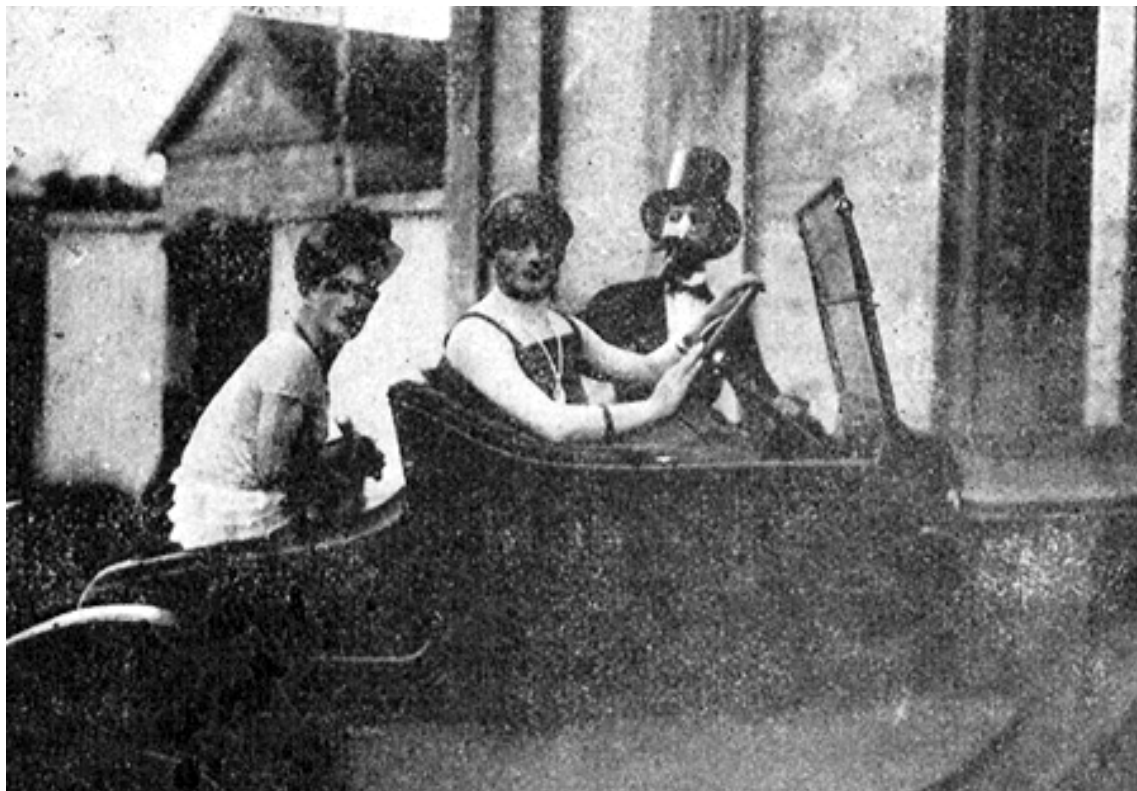


Figura 1: Sujeitos em “travesti” comemorando os festejos carnavalescos num veículo. In: A Noite. 04/03/1924. In: Hemeroteca Digital.

² “Bas-fonds” designam ao mesmo tempo lugares, indivíduos e comportamentos que não se ajustavam as normas de uma sociedade “moderna” e “civilizada”.



Fig. 02: Fotografia do/a artista de teatro Lyziane de Monceau em travesti. In: Vida Policial. 06/02/1927. In: Hemeroteca Digital.

Durante a década de 1920, nos festejos carnavalescos, era comum que as pessoas se organizassem de acordo com diferentes blocos temáticos. Em meio à diversidade de temas e fantasias, havia blocos regionais, como o das baianinhas e até manifestações carnavalescas em homenagem a diferentes nações, como os portugueses. Era comum os blocos de “travestis”, “organizado por verdadeiros foliões carnavalescos”, formado majoritariamente por artistas de teatros, conforme o jornal *O Imparcial*³. Contudo, embora alguns jornais noticiassem a proibição de exhibições em “travesti” desde 1921, somente a partir de 1927 que a imprensa começou a noticiar com maior intensidade a proibição dos mesmos. A desculpa dos jornais era a de que as autoridades não conseguiam acompanhar os números assaltos à luz do dia e as manifestações de atentado ao pudor durante os desfiles. Essas medidas drásticas, além de censurar famosas agremiações, como o “bloco das teteias”, passou a perseguir também os seus líderes, como Edgard Costa, que nos anos 1920 chegou a comandar um grupo formado por 64 foliões, todos adeptos do travestismo por amor à arte⁴.

A partir da documentação examinada, ficou compreensível que a imprensa e a polícia até toleravam algumas manifestações artísticas com sujeitos em travesti desde que os

³ *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 27/02/1922. In: Hemeroteca Digital.

⁴ *A Noite*, Rio de Janeiro, 07/02/1924. In: Hemeroteca Digital.

mesmos permanecessem restritos aos seus espaços artísticos. O problema é que a tensão aumentava à medida em que esses indivíduos deixavam esses espaços para se tornarem figuras públicas. Com isso, coube à polícia intervir e a imprensa remediar com o intuito de “limpar a cidade” contra os ‘maus costumes’. Os documentos mostram ainda, que nas prisões os homossexuais eram os mais violentos, sempre causavam cenas de sangue, munidos por navalha e outros comportamentos violentos. Outra situação identificada são os espaços em que os homossexuais eram “bem-vindos”, quase sempre cenários conhecidos por serem perigosos e pelos *rendez-vous*⁵ da prostituição, como o bairro boêmio da Lapa. Green (2019) destacou que muitos homossexuais foram criativos em criar seus espaços de lazer e sociabilidade. Como muitos eram rejeitados pelas próprias famílias, eles organizavam redes alternativas, figurando um importante meio de sobrevivência, principalmente a partir do governo de Getúlio Vargas, que instaurou medidas mais brandas contra os “ociosos”, segundo Rose (2000).

Seguindo a discussão sobre espaços de sociabilidade, o historiador Kalifa (2017) ressalta que entre as décadas de 1930 e a de 1960, houve um significativo aumento nas alterações relativas ao desenvolvimento das subculturas homossexuais em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e em outras capitais do mundo. Para o autor, em meio ao imaginário social dos *bas-fonds* europeus no século XIX, existia nas capitais da Europa, inúmeros bordéis homossexuais, mas que somente no século posterior é que a homossexualidade passou a ser expressa mais “livremente”, (KALIFA, 2017, p.47). Pode-se falar ainda, que a partir da presença quase “onipresente” dos homossexuais no espaço urbano, foram-se edificando os discursos moralistas sobre a corrupção dos “vícios” que suscitavam no universo das “práticas transgressivas”.

No Brasil, no final do século XIX, os homossexuais, mesmo entre os mais discretos, foram constantemente perseguidos e se tornavam vítimas de discursos preconceituosos. Segundo a historiadora Priore (2017), esses sujeitos viviam seus amores às margens das sombras, confinados no âmbito da vida privada, se não em outras opções indiretas de confinamento, como os hospícios psiquiátricos. Em relação aos travestis, a autora afirma que eles encantavam a imprensa e ao público com glamorosas apresentações artísticas, no entanto, qualquer forma de manifestação em caráter de travesti em espaços de sociabilidade era repulsivamente reprimível.

Do ponto de vista da imprensa, o problema era que após os festejos, alguns indivíduos continuavam invertendo o sexo e se exibindo em público, os chamados “travestis”. Por essa razão, percebeu-se um número considerável de referências noticiando a proibição de bailes à fantasia com temáticas envolvendo apaches, marinheiros, pijamas e travestis. Conforme

⁵ “*Rendez-vous*” é uma expressão francesa que dá sentido os lugares de encontro no mundo da prostituição, como ruas, praças e propriedades usadas pelas meretrizes, clientes e os seus *câftens*.

uma nota do Diário Carioca de 1927: “será expressamente proibida a entrada de fantasias ‘travestis’, assim como, será vedado o ingresso a quem julgar conveniente”⁶. Para a Delegacia de Costumes, interessada em proteger a moral e os bons costumes, o problema dos bailes de travestis era que os homossexuais se aproveitavam das festas para fazer “apologia às vergonhosas perversões”. As fontes indicam ainda, que os homossexuais eram minorias, por isso tentavam “arrastar” os jovens desprevenidos e inexperientes ao “pecado”. Nesse mesmo período, o criminólogo Seelig (1957) escreveu que a maioria dos homossexuais não oferecia nada de “anormal” nas suas atitudes, mas alguns se aproveitavam dos bailes para se tornarem ótimas “armas da sedução”, por isso era preciso a extirpação de bailes e espetáculos públicos para vedar possíveis exhibições viciosas e escandalosas.

Caberia dizer que, em termos gerais, as expressões “travesti”, “travestismo”, “homossexualismo” e “homossexual” envolvia conotações distintas. Ainda assim, nem a polícia tampouco a imprensa fazia questão de distingui-las no seu tratamento, então muitas vezes os artistas travestis e sujeitos homossexuais foram associados ao estereótipo do homem “passivo” e “afeminado”. O termo “travesti” é o mais ermo, porque a expressão não estava relacionada ao gênero ou sexualidade, mas sim à vestimenta, aparecendo repetidas vezes para dar sentido às questões ligadas ao mundo da moda, por exemplo. No discurso jornalístico o “homossexualismo” era um dos comportamentos mais daninhos atribuídos pelos diferentes campos do saber. A própria imprensa carioca chegou a publicar propagandas de clínicas e medicamentos que prometiam a cura contra o “homossexualismo”. Na década de 1930, por exemplo, um renomado professor, identificado como Leonidío Ribeiro, fez um *tour* em Portugal, com o propósito palestrar sobre a sua recente obra “Homossexualismo e endocrinologia”, segundo Junior (2017), obra, por sinal, muito elogiado pelo jornal A Noite.

Neste trabalho, escrito por Ribeiro após estudar 195 indivíduos declaradamente homossexuais no Laboratório de Antropologia Criminal fundado por ele no Rio de Janeiro em 1932, no Instituto de Identificação, defende-se a tese de que a homossexualidade (ou o “homossexualismo”, como no termo na época) seria uma alteração biológica oriunda de um distúrbio das glândulas endócrinas. Portanto, passível de tratamento e cura, como ele alega na apresentação de exemplos. Ribeiro faz ainda uma diferenciação entre os homossexuais da “raça branca” e os homossexuais da “raça negra”, e apresenta os “homossexuais profissionais”, ou seja, aqueles que se prostituíam e tinham características físicas (ele usa o termo “biopatológico”, como alterações no formato do pênis, da estrutura anal e dos seios ou quadris) segundo as quais poderiam ser identificados, (JUNIOR, 2017, p. 7).

⁶ Diário Carioca, Rio de Janeiro, 05/01/1927. In: Hemeroteca Digital.

Desde a criação do termo “homossexual”, por Karl Kertbeny, no século XIX, diferentes campos do saber trataram de associar o indivíduo homossexual como uma doença relacionando o sufixo pejorativo “ismo”, que se refere às doenças (DIETER, 2009, p. 06). De acordo com dicionário “etymologico, prosodico e orthographico da lingua portuguesa” de 1912, o sujeito homossexual passou a ser associado ao termo relativo a “atos sexuais entre dois indivíduos do mesmo sexo”. Enquanto ao coletivo, a homossexualidade foi compreendida como um “conjunto de práticas e atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo”. Não obstante, cientistas acusavam que o homossexualismo, esteve associado, no século XIX, às “perversidades das relações sexuais”, “como a sodomia e a pederastia, junto com a prostituição”, como afirmou o médico e ativista (HIRSCHFELD, 1910, p. 54).

Além dos homossexuais, outros 'estranhos' sexuais, como travestis, transexuais e bissexuais, foram culturalmente definidos como doentes mentais e patologizados como uma séria ameaça à segurança de outras pessoas, incluindo crianças. O poder do discurso não fala apenas das teorias de conhecimento (particularmente médicas) e de poder de Michel Foucault, mas também de como os comportamentos e a estética atribuídos à masculinidade, de forma mais restrita, são moldados e definidos. (CHENIER, 2008, p. 87).

Outras considerações pioneiras sobre o assunto são os escritos de Havelock Ellis (1897), que foi duramente criticado e censurado por diversos setores conservadores da sociedade, e até mesmo do próprio meio científico. As obras de Ellis, *Sexual Inversion*, foram consideradas “obscenas”, enquanto que as de Alfred Kinsey, foram repudiadas por grupos contrários de médicos e colegas que o ameaçaram com processos criminais. Para o sociólogo americano (REISS, 2002, p. 122), os cientistas não consideravam os estudos sobre a sexualidade como um demônio “seguro”, pois tanto a ciência quanto os cientistas temiam o medo da reação que a opinião pública poderia resultar, contraindo, dessa forma, reagentes como o medo da pressão política e do espírito do preconceito. Dois especialistas em questão ofereceram termos como “andróginos congênitos”, criado por Krafft Ebing, e *Travestitens*, por Magnus Hirschfeld como forma de sinalizar essas distinções (SIMIÃO, 2015, p.189). Por sinal, Hirschfeld cunhou o conceito de “*travestitens*” para descrever qualquer homem ou mulher que preferisse se vestir com roupas do sexo oposto. Eventualmente, esse termo se tornou sinônimo de “transexualidade” com a eclosão do movimento gay, na década de 1980 que trouxe consigo, novos significados e sentidos atribuídos a esses termos.

Embora ainda sejam poucas as pesquisas sobre o tema, compreendemos que o período republicano surgiu articulado a novas configurações mentais e instituições, voltadas para o controle e moralização de um vasto número de “perigos” sociais, de acordo com Souza (2009). A heterogeneidade da sociedade passou a ser vista não como sua característica constitutiva particular, mas como defeito e desvio do modelo burguês. De qualquer maneira,

algumas, dessas categorias, como os sujeitos homossexuais e travestis, certamente, não correspondiam às representações sociais, e por isso o período se mostrou relevante para compreender as diferentes formas pelas quais a sociedade procurou enquadrar os travestis e homossexuais de acordo com suas representações e valores morais.

Procurei manter, na análise seguinte, uma visão mais próxima entre policiamento e travestismo a partir de narrativas da imprensa, em especial com base na revista *Vida Policial*, em sintonia com o surgimento de uma nova subcultura, baseada em personagens que chamavam a atenção à época pela dupla função: pela característica do travestismo e por serem acusados por crimes e contravenções.

Subjetividade e disfarce em sujeitos travestis

Como apresentado, um dos objetivos principais desta pesquisa é analisar algumas narrativas da imprensa envolvendo homens em caráter de “travesti”. Assim, ainda que poucas, algumas referências mostram as formas de resistência por parte de sujeitos que usavam o travestismo à medida em que saíam dos seus espaços de isolamento para tentarem, de alguma forma, conviver em sociedade. As fontes examinadas mostram que esses indivíduos não se tornaram conhecidos da imprensa por serem violentos ou por deliberarem crimes hediondos, mas por ostentarem, com exagero no corpo, no rosto e nas atitudes, todos os signos de uma feminilidade que não os pertenciam. Alguns jornais eram mais “modestos” e entendiam que os travestis eram homens que gostavam de homens, mas que teatralizam suas sexualidades por meio do estereótipo da figura feminina, criando representações “abstratas” e “equivocas”.

Nesse sistema, o parâmetro dominante na classificação dos personagens sociais e nas relações sexuais não é mais os papéis de gênero e suas relações, mas sim os sexos fisiológicos e suas interações. Qualquer sinal de “submissão” feminina era interpretado como “homossexualismo” e visto como um “mal a ser execrado”. Muito antes da metamorfose dos remédios hormonais, das cirurgias de mudança de sexo, embora já existe nos anos 1930, e das cirurgias plásticas, os travestis estudados foram identificados porque se manifestaram em momentos oportunos e, conseqüentemente, se tornaram notícia nos jornais da cidade. Uma diferença percebida no tratamento documental é que entre os adolescentes, a exibição em travesti era sempre acompanhada por alguma manifestação subjetiva de protesto contra o próprio estilo de vida da sociedade ou por diferentes formas de resistências. Às vezes, porém, nem sempre isso acontecia com os homens de meia-idade, que por conta da idade avançada, eram mais tímidos ao usarem o travestismo como um “passatempo” e não como

um estilo de vida. Embora alguns se identificassem como mulher, eles tinham possíveis represálias, capazes de interferir diretamente na sua intimidade e em questões profissionais.

Posto isto, uma das figuras mais emblemáticas desta pesquisa, e que de certa forma contribuiu para o interesse pelo tema foi Armando Ariati. Sua história é instigante não apenas porque foi considerado pelos impressos como um “ladrão perigoso e habilidoso”, mas, porque as narrativas nos relevam, ainda que nas “entrelinhas”, outras nuances sobre sua vida pessoal, como o fato dele se auto identificar como mulher, assunto delicado e que nem mesmo as autoridades policiais faziam questão de questionar. As primeiras referências encontradas sobre o sujeito são de dezembro de 1912, quando o jornal “O Seculo”, em 1912 publicou uma pequena notícia sobre a deportação do estrangeiro Pedro Peres ou Armando Ariati para Buenos Aires, após a polícia carioca impedir o seu desembarque, vestido de mulher⁷. Poucos meses depois, em maio de 1913, o jornal “A Epoca” noticiou: “desbriado, célebre larapio que operava em travesti, mais uma vez foi preso ontem”. Sobre a sua entrada no país, o jornal menciona: “veio da Europa disfarçado de mulher, com um lindo vestido de cetim de cor lilás, que “lhes assentava admiravelmente bem”, transformando-o em uma formosa *demi-mondaine*”⁸. O seu travesti era tão belo, segundo a reportagem, que nem mesmos a vigilância conspícua dos “Sherlocks” da polícia conseguiu identificar o “truque” para entrar no país e se instalar numa região “chique” da cidade⁹.

A entrada despercebida e permanência do sujeito na cidade fora usada para justificar o afastamento do sargento Ernesto de Souza, do Corpo de Segurança Pública, demissão emitida pelo então Inspetor de Polícia Marítima, Belisário Távora. A segunda prisão de Armando na cidade aconteceu porque o guarda da Polícia Marítima, Fonseca Netto, em ronda noturna no Largo do Rocio, viu passar, “uma mulher ricamente trajada”, que lhe chamou a atenção. Desconfiado, o guarda seguiu a mulher que embarcou no bonde da linha “Lapa” para descobrir o destino da figura noturna “peculiar”. Desconfiado de que se tratasse um conhecido larápio e sabendo da má fama da região, Fonseca aceitou as provocações da mulher que a convidou para entrar num *rendez-vous*, quando foi surpreendido ao reconhecer uma pequena cicatriz no lado esquerdo do pescoço da mulher, mesma característica de Armando apresentou quando fora pelo identificado Gabinete Antropométrico, confirmando, imediatamente, que era o “homem-mulher”. Enquanto esperava pelo Guarda num “box” reservado, Fonseca acionou outros comparsas que deram voz de prisão ao “travesti” e outras prostitutas que viviam naquela propriedade. Durante esse intervalo, houve toda uma preparação íntima de Armando para a “entrevista”, como eram conhecidos

⁷ O Seculo, Rio de Janeiro, 26/12/1912. In: Hemeroteca Digital.

⁸ Termo em francês que significa meretrizes ou mulheres sustentadas por homens da elite.

⁹ A Epoca, Rio de Janeiro, 16/04/1913. In: Hemeroteca Digital.

os encontros entre prostitutas e clientes. No momento da prisão, Armando estava trajando um vestido de seda azul-marinho, com um formoso chapéu de plumas. Em seu poder foi encontrado dois pesos (moeda argentina) e 3\$800 em moeda nacional, possivelmente por exercer o meretrício.



Figuras 03 e 04. À esquerda, fotografia de Armando quando fora preso pela polícia carioca. *O Malho*. 04/01/1913. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; à direita, fotografia de Armando quando fora publicado uma reportagem sobre as suas “desventuras”. In: *Vida Policial*. 09/05/1925. In: Hemeroteca Digital.

A historiadora Ottoni (2012), que analisou narrativas sobre criminosos nos impressos do Rio de Janeiro, menciona que o caso de Keller “ganhou destaque nos jornais, pois os jornalistas se aproveitavam da história, que tinha ares de história de ficção, para poder apelar para a imaginação do público”. Dessa forma, os impressos costumavam destacar os títulos das matérias de forma tendenciosa, sempre em caixa alta e em negrito, reforçando palavras como “travesti”, “ladrão” e outros adjetivos utilizados para se referir aos homossexuais.

Podemos destacar alguns títulos encontrados nas fontes examinadas, como “Aventuras de um Travesti”, “Aquele pé... Assim tão grande...”, “Não era mulher!”. Portanto, além da dupla condição, de homossexual e travesti, alguns jornais se aproveitavam da ocupação deles

enquanto estrangeiros para inseri-los em discursos preconceituosos, pois de alguma forma, os travestis não ocupavam nenhuma atividade profissional fixa, preferindo a prostituição, sendo taxados de “ociosos”. De modo geral, os gatunos internacionais eram muito conhecidos pela capacidade de mobilidade transnacional e pelas suas falcatruas para tentar despistar as autoridades, como é o caso de Armando, que era argentino. Para a imprensa, o indivíduo apresentava diferentes disfarces para não ser identificado pela polícia, devido ao intercâmbio entre a polícia portenha e carioca, como ressalta (OTTONI, 2012, p. 198).

Na obra em que analisa as crônicas policiais de Elísio de Carvalho, Diego Galeano e Marília Oliveira (2017) fazem uma discussão sobre os “eterômanos”, sujeitos que se aventuravam ao ingerir um poderoso anestésico chamado “éter”, indicado para problemas graves como pressão arterial. O que chama a atenção, no entanto, é que a mesma fotografia de Armando Ariati aparece nos escritos policiais do período, sendo conhecido como um “gatuno eterômano que costumava apresentar-se vestido de mulher”, (GALEANO; OLIVEIRA, 2017, p. 105). Na ocasião, Armando foi identificado como “Princesa de Bourbon”, conhecido gatuno viciado em tóxicos e costumava apresentar-se vestido de mulher. Todavia, não é possível confirmar nas fontes nem nas referências consultadas, se o nome citado era algo subjetivo, como um nome alternativo usado por Armando para se apresentar, ou se os escritos policiais o apelidaram com o termo pelo fato de ser travesti. Tampouco se tem notícias na imprensa devido à sua condição de viciado em inalador éter.

Na mesma ordem da documentação anterior, como dito, a revista mencionou outros quatro indivíduos que se tornaram conhecidos das autoridades policiais por se vestirem em trajes femininos e “provocativos”. Dois deles não foi identificado pela revista, mas os demais se chamavam Francisco Marchante e Jose Keller. A revista descreve, de forma tendenciosa, que à primeira vista, “todos julgam tratar-se de belas figuras femininas, mas enganam-se, são autênticos homens e autênticos ladrões”. O *modus operandi* desses “camaradas” era basicamente usar o travesti para conseguir receber dos mais “papalvos”, tontas e grosseiras declarações de amor”. Por essa razão, eles aplicavam uma série de “truques imagináveis”, como iludir, enganar, seduzir, mudar a voz e agir com rara e inconfundível habilidade. Para a revista, apenas os “incautos e tolos” se deixavam enganar pelos ladrões em travesti, então sentiam-se acanhados de apresentar queixa à polícia, pelo enorme e ridículo escândalo que provocariam¹⁰.

¹⁰ Vida Policial, Rio de Janeiro, 09/04/1927. In: Hemeroteca Digital.



Figuras 05, 06 e 07. À esquerda, sujeito não identificado pela fonte; ao centro, fotografia de Francisco Marchante; à direita, sujeito não identificado pela fonte. **Vida Policial**, Rio de Janeiro: 09/05/1925. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Na edição seguinte da revista, em 16/04/1925, outra matéria sobre os "criminosos em travesti", desta vez, envolvendo a figura de José Keller. Dentre os ladrões conhecidos e perseguidos pela polícia, ele se destacava pelo seu caráter "repugnante", já que ele não tinha vergonha nem remorsos em sair em público vestido como mulher. Era ainda, "cínico, deslavado e de uma formidável audácia", segundo a revista. A primeira referência sobre Keller não foi exatamente um delito, mas um atentado à moral. No dia 17 de abril de 1925, uma modista foi contratada para ir à casa de n. 55 da rua Ubaldino do Amaral. Chegando na residência, a mulher encontrou um homem em trajes menores e roupas de senhora por todo o canto. Assustada, a modista evacuou da propriedade e denunciou o sujeito à polícia, que invadiu rapidamente a residência para dar fim nos diversos chapéus, sapatos, cintas, calças, corpinhos, vestidos e outros adornos de valor, como brincos, pulseiras, bolsas, barretes e oito contos de réis.



Figuras 08, 09, 10 e 11: Na sequência em que aparecem: "José Keller de sombrinha"; "José Keller em traje de baile"; "José Keller pensando na vida"; "José Keller num banco de jardim". **Vida Policial**, Rio de Janeiro: 16/05/1925. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A partir da observação das fotografias é provável que José era, além de travesti, um homem muito vaidoso, ou melhor dizendo, um "almofadinha". Segundo o historiador Melo (2014), ao contrário das melindrosas, mulheres que se importavam demais com a aparência

nas primeiras décadas do século anterior, o termo “almofadinha” era uma forma de debater a imutabilidade e questionar as identidades subjetivas de pessoas que não seguiam certo padrão normativo em relação à vestimenta. Pondera ainda, que os “almofadinhas” eram homens que se preocupavam com a moda e aparência, por isso, “mantinham os cabelos na brilhantina bem penteados, ternos impecáveis com o desenho mais em voga, além de feições faciais limpas, ausência de barba, bigodes pequenos, e o uso de cosméticos para beleza” (MELO, 2014, p. 320). Percebe-se esses traços na única fotografia de José Keller descaracterizado devido ao rigoroso procedimento antropométrico que assinalava todas as observações possíveis do corpo e do rosto para torná-lo “indecifrável” perante a justiça.



Figura 12. Fotografia de José Keller na delegacia após ter sido flagrado em sua propriedade com vestimentas e adornos femininos. In: In: Vida Policial, Rio de Janeiro: 16/05/1925. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O material coligido apresenta poucas informações a respeito de Keller, limitando-se a identificado como um gatuno de nacionalidade suíça e que teria trabalhado por algum tempo com funcionário de uma companhia ferroviária chamada “Estrada de Ferro Sorocabana”. Ao percorrer, conforme expõe a fonte, era “fartamente conhecido por meio de suas falcatruas, vive exclusivamente da arte de furtar” e por isso se tornou conhecido da polícia devido as várias entradas por crimes de furto e roubo, sempre insistindo em “vestir-se de mulher para roubar”. Apesar da indicação de que o mesmo era um gatuno conhecido pela “arte de furtar”, nenhum dos documentos examinados refere-se às narrativas do gênero penal, mas sim sobre à sua exibição em público. A revista Vida Policial ainda ponderou que José era “perfeito no disfarce, e quando vestido de mulher é capaz de conseguir vantajosas conquistas, tal a sua pratica e treno de mudar a voz, e caminhar como se fosse uma elegante e autentica mulher... cuidado com ele”.

Ao lado desses, outro aspecto a destacar refere-se à coluna em que fora publicada as fotografias e o texto sobre José Keller. Como menciona a historiadora Shizuno (2011) ao trabalhar com a revista Vida Criminal, um dos principais motes da revista constituía em auxiliar a educação do povo e, ao mesmo tempo, fornecer meios à sua defesa. Nesse caso, havia duas colunas destinadas a publicar fotografia de homens e mulheres procurados pelo

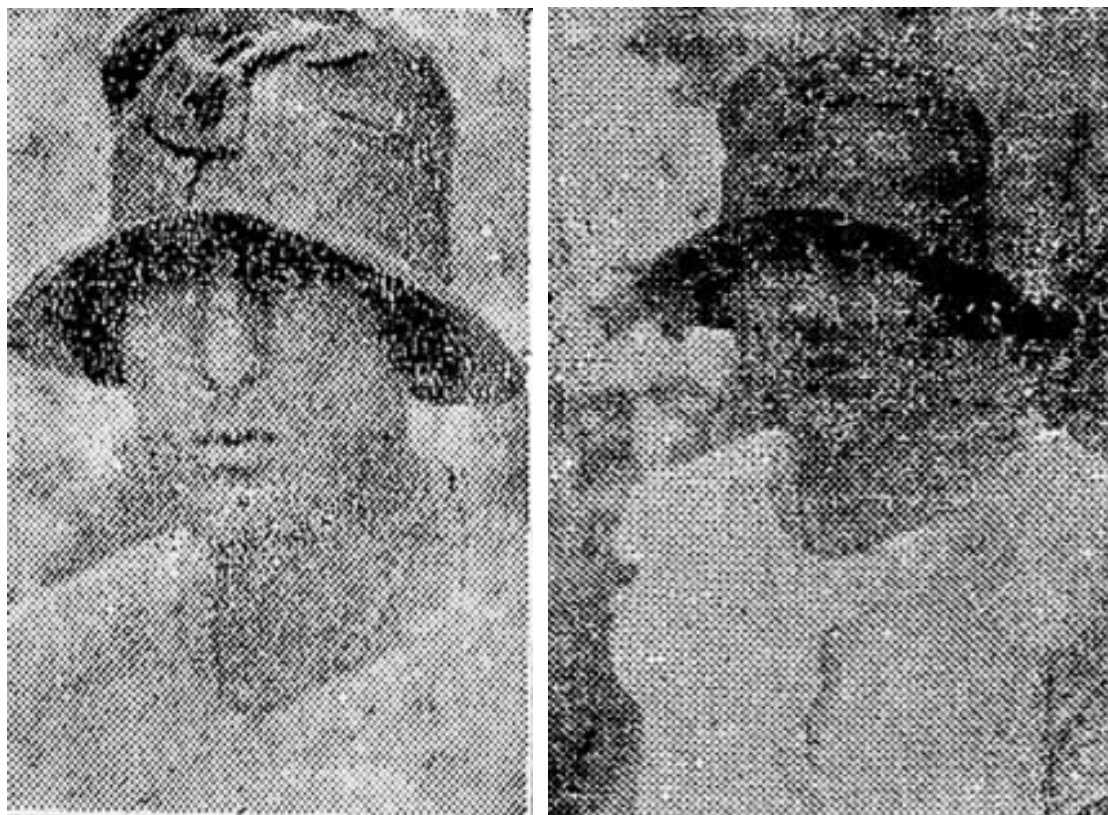
crime de roubo e outros delitos, a seção “Elles” e “Ellas”. De acordo com Galeano (2012), as revistas do gênero policial foram para a elite um espaço de afirmação do caráter profissional do saber específico que envolvia a polícia como um *métier*, por isso enfatizavam em suas publicações os “perigos urbanos” para informar e proteger a sociedade. Bretas (1997) argumenta que independente da infração, os delinquentes eram identificados pela polícia como parte das classes perigosas e as fotografias eram encaminhados ao Corpo de Segurança, “onde os recém-descobertos fora-da-lei eram exibidos aos agentes para posterior reconhecimento”, (BRETAS, 1997, p. 134).

De volta aos jornais, dois anos após a publicação da revista Vida Policial, José voltou a ser destaque em alguns jornais cariocas quando fora perseguido e flagrado por guardas por transitar à noite vestindo roupas femininas, caso muito parecido com o do Armando Ariati. A tentativa de se tornar um “representante do sexo frágil”, todavia, não deu certo, isso porque, conforme o Correio da Manhã, “José podia ter vestes bonitas, rosto limpo, jeito de mulher, mas os seus pés..., os seus pés lhe entregavam”. Foi assim que dois vigilantes desconfiaram da “filha de Eva”, viram os seus pés e cogitaram “ela está me parecendo ele”. Então, cautelosamente os guardas teriam se aproximado da dama e perguntaram “a senhora não tem medo de passar, a esta hora em lugar tão ermo? Em seguida, Keller respondeu “É que eu confio nos senhores”, seguindo em rumo desconhecido. A voz da senhora foi o clímax para que os guardas confiassem de que “esta voz é de homem”. Trocados outros diálogos sobre o motivo de estar na rua vagueando num horário tão perigoso, os guardas disseram, “pois, minha senhora, com o devido respeito, nós a convidamos a ir à delegacia do 10º Distrito, mesmo porque, desculpe a franqueza, temos dúvidas sobre o seu sexo...”¹¹.

Para José, aquilo era um “desaforo e uma violência!...”, mas era preciso ter “paciência”, disse um dos guardas. Os guardas foram tão provocativos ao ponto de mencionar: “se ficar bem esclarecido isso, nós nos ajoelharemos a seus pés e pediremos perdão...”. Na delegacia do Campo de S. Cristovão, o comissário Mello interrogou o suspeito que logo confessou: “os guardas acertaram, doutor: eu não sou mulher, mas sim o José Keller, de nacionalidade suíça e guarda-livros de uma agência de automóveis, Ford”. Confessou ainda, que gostava de se vestir de mulher para se passar por “filha de Eva”, e como não fazia mal a ninguém, não imaginou que fosse inconveniente. Segundo apurou a polícia, o indivíduo, dois anos antes, teria alugado um quarto, onde todas as noites se vestia de mulher, em ricas “*toilettes*”. Ainda segundo a fonte, José não era um ladrão comprovadamente, como apontava a revista Vida Policial, mas sim investigado por possível envolvimento num desfalque contra uma empresa que não fora identificado. Mantido na delegacia, o delegado apontou que até aquele momento o suspeito não havia sido processado por nenhum outro crime. Noutro jornal, mais

¹¹ Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24/09/1927. In: Hemeroteca Digital.

informações sobre o ocorrido: “vestia um vestido cor de rosa, chapéu de aba pendente sobre os olhos e trazendo no pescoço um colar de pérolas”¹².



Figuras 13 e 14. “O guarda livros José Keller que foi preso em travesti”. *O Imparcial*, Rio de Janeiro: 24/09/1927; “José Keller em trajes femininos”. *A Noite*, Rio de Janeiro: 24/09/1927. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Segundo o historiador Kossoy (2014), os historiadores não costumam dar muita atenção as imagens, ou são utilizadas sem que se considere o seu conteúdo ideológico. Por isso, a utilização das fotografias com esses personagens publicadas nos impressos é de extrema relevância para mostrar que sim, mesmo em tempos remotos, em que os homossexuais se preocupavam em mostrar o tempo todo que não eram pervertidos ou doentes, existiram figuras que ousaram em expor o travestismo em público, ainda que de forma polêmica e controversa. A aceitação do travestismo em público e onipresença dos homossexuais no espaço urbano, tudo dependia da moral vigente na época, conforme debatido por Trevisan (1986).

No decorrer dos anos, certamente houve muita gente que não teve pânico nem fugiu. Sintoma disso é que o travestismo masculino proliferou tanto no século XX que passou do palco para as ruas e, num movimento inverso, procurou se

¹² *O Imparcial*. 24/09/1927. In: Hemeroteca Digital.

legitimar, de volta aos palcos, buscando função nos espetáculos transformistas, (TREVISAN, 1986, p. 342).

Como citado, a imprensa não costumava problematizar a sexualidade desses personagens, então poderíamos interpretar essas manifestações como possíveis formas de resistência e oposição às diferenças entre as vivências masculinas e femininas. Certamente não era a intenção deles criar essas indagações e questionar o masculino enquanto modelo de masculinidade alimentado pela cultura em divergência com formas, sentidos e vivências heterogêneas. Apesar disso, esses questionamentos não têm o objetivo de criar ainda mais lacunas sobre o tema, mas sim, despertar, ao ofício do historiador, novas problemáticas e narrativa que possam, aos poucos, proporcionar uma dinâmica provocativa e instigante para com o tema e suas fontes. Ainda que seja difícil falar de outras identidades nesse recorte, não devemos desconsiderá-las, pois esse “expurgo” coletivo podia não ser especificamente contra os homossexuais, mas como sempre se ligou a questão aos seguimentos marginais da sociedade, o noticiário envolvia tudo como “classes perigosas”.

Indubitavelmente, tanto a documentação quanto a historiografia ajudam a compor um múltiplo mosaico de uma vida cotidiana que permanece silenciada e pouco discutida. Certamente, os casos não se resumem apenas aos personagens mencionados, pelo contrário, nesta parábola dos sujeitos disfarçados de travesti foram encontradas narrativas de adolescentes que protestavam contra o próprio gênero, como é o caso de Euclides da Silva, de 13 anos que se relevou como “Mme. Odette”, após um lacônico escândalo envolvendo o seu travesti e alguns populares por numa rua boemia do Rio. Os demais casos são os mais variados o possível, cada um com suas particularidades específicas, desde crimes de sangue, como por exemplo um homem que se fantasiou de mulher com uma máscara e desferiu navalhadas em três pessoas, ou então um sujeito que provocou um acidente de carro vestindo roupas de mulher.

Em meio a metamorfose do travestismo, a prostituição é um fator isolado. Embora historiadores, como Green (2019) e Trevisan (1986) já tenham demonstrado que muitos espaços de sociabilidade carioca tenham servido de *trottoir* para travestis e homossexuais, as fontes não se aprofundam nessa discussão, e quase sempre fazendo referências indiretas, como o fato de alguns alugarem quartos e se travestirem à noite, ou transitarem sozinhos na calada da noite.

Por fim, talvez por influência da criação de estereótipos à la Escola Positiva Italiana, cujos representantes mais conhecidos foram Lombroso, Garofalo e Ferri, a imprensa, principalmente a revista Vida Policial acreditava veementemente que esses sujeitos travestis eram “criminosos ocasionais”. Outrossim, o discurso jornalístico entendia que, por estarem expostos com frequência ao comportamento desviante e por influência de possíveis grupos

sociais, esses “delinquentes” podiam estar praticando o travestismo unicamente com o propósito de deliberar no mundo do crime. A “arte do disfarce” era algo habitual entre os “criminosos profissionais”, como deliberava os impressos. Em contraste, como analisado, alguns sujeitos foram flagrados em momentos inesperados, quase aleatórios, como se o travestismo tivesse realmente feito parte do estilo de vida deles. Enfim, são tantas hipóteses que mal caberiam em poucas laudas.

Conclusão

Conforme o historiador Junior (2017), apesar das mudanças que o Código Penal de 1890 trouxe com o novo regime, a homossexualidade não foi caracterizada como um crime moral ou um pecado que podia ser tratado como outras doenças mentais, mas sim criou brechas para a perseguição e a punição da prática. Considerando severas punições, “atos homossexuais” em público podiam ser enquadrados no Art. 266, “Ultraje Público ao Pudor” e sujeitos homossexuais podiam ser presos por serem “vadios” que ofendiam “a moral e os bons costumes”. Para FRY e MACRAE (1985), embora o Código Penal de 1890 não definisse a homossexualidade como crime, havia uma clara convivência entre a polícia e os médicos, pois alguns “homossexuais” eram usados em estudos psiquiátricos para determinar as causas biológicas e sociais da homossexualidade, com ênfase sobre os biótipos e o ambiente social do indivíduo. Pretes e Vianna (2007) ponderam que a partir de 1930, em meio a discussão do novo projeto que determinava as infrações penais, alguns políticos tentaram incluir normas para punir o homossexualismo. Apesar disso, conforme os citados, o Código Penal de 1940 caiu como um “banho de água fria” para os moralistas, tendo em vista que o novo conjunto de normas não recriminalizou as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo no país.

Posto isto, a intenção deste trabalho foi a de compreender como o discurso da imprensa, em sintonia com o discurso médico-legal, tratava esses sujeitos que, de certa forma, não eram bem-vindos, tampouco aceitos socialmente. Para tanto, julgou-se importante selecionar algumas narrativas que tratavam da experiência individual, à medida em que deixavam seus espaços de confinamento artístico para se tornarem públicos. A pesquisa buscou ainda, dar visibilidade a dois importantes aspectos que norteiam o tema, a começar pela descrença no tratamento de sujeitos que não se identificavam com o próprio sexo, embora alguns títulos mencionassem o fato de serem “invertidos”, os documentos não se aprofundavam tenuemente as questões subjetivas. Uma segunda observação é que o número de narrativas de “criminosos ocasionais” é bem mais expressivo, se comparado com as narrativas de travestis presos ou denunciados sem cometer nenhum propósito daninho. Tem-se ciência de que nenhum dos relatos tiveram a intenção dar conta de todas as informações acerca

desses personagens. Assim sendo, os elementos apresentados, longe de constituir um estudo definitivo, são apenas uma tentativa de leitura para esses registros que, rara às vezes, são mencionados de forma passageira, a título de curiosidade.

Da mesma maneira, ao fazermos a conclusão, não temos a intenção de concluir, mas ressaltar haver muito para ser estudado sobre esse tema. A Hemeroteca Digital, como muitos pesquisadores já destacaram, contribui para apresentar novas problemáticas, a partir das memórias, narrativas e experiências de sujeitos e tentativas de resistência na contramão de um sistema opressor e negador da diversidade.

Referência

- ANTÔNIO, Luís Francisco de Souza. **Lei, Cotidiano e Cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)**. 1 ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como representação**. In: A Beira da Falésia: a História entre as incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHENIER, Elise. **Estranhos em nosso meio: desvios sexuais no pós-guerra em Ontário**. Toronto: Editora University of Toronto Press, 2008.
- DIETER, Cristina Tener. **As raízes históricas da homossexualidade: os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional**. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.
- GALEANO, Diego.; OLIVEIRA, Marília. **Elísio de Carvalho: escritos policiais**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2017.
- GREEN, James N.; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- GRUNER, Clóvis. **Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX**. 1. Ed. Curitiba: Alameda. 2018.
- HIRSCHFELD, Magnus. **Die Tranvestiten. Eine Untersuchung über den erotischen Verkleidungstrieb mit umfangreich casuistischem und historischem material**. Berlin: Pulvermacher e Leipzig: Spohr. 1910.
- HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- KALIFA, Dominique. **Os bas-fonds: história de um imaginário**. São Paulo: Edusp, 2017.
- KOSSOY, Boris. **História e Fotografia**. 5.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- JUNIOR, João Gomes. **“Frescos” e “Bagaxas”: apontamentos acerca do discurso médico sobre a homossexualidade e a prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1900 e 1930**. In: XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos: História e Democracia. Brasília, 2017. p. 01-11.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, Jogadores, Pobres e Vagabundos no Discurso Jornalístico**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2004.

MELO, Alexandre Vieira. **Representações de gênero: melindrosas e almofadinhas nas revistas do recife dos anos 1920**. In: Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2012. p. 01-11.

OTTONI, Ana Vasconcelos. **O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)**. Tese em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)** / Leonardo Affonso de Miranda Pereira - Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2020.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres**. Tradução de Ângela M.S. Correa. 2 edições. São Paulo: Contexto, 2016.

PRIORE, Del Mary. **Histórias da gente brasileira - República - Memórias (1889-1950)** - Vol. 3. Editora Leya, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.

SEELING, Ernst. **Manual de Criminologia**. Coimbra: Editora Arménio Amado, 1957.

SIMIÃO, Anna Rita. **Sexualidade e perversão na psiquiatria de Krafft-Ebing**. Mestrado em psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SOIHET, Raquel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência - Mulheres pobres e ordem urbana-1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

ROSE, R. S. **Uma das Coisas Esquecidas: Getúlio Vargas e Controle Social no Brasil - 1930/1934**. São Paulo, Editora: Companhia das Letras, 2001.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.